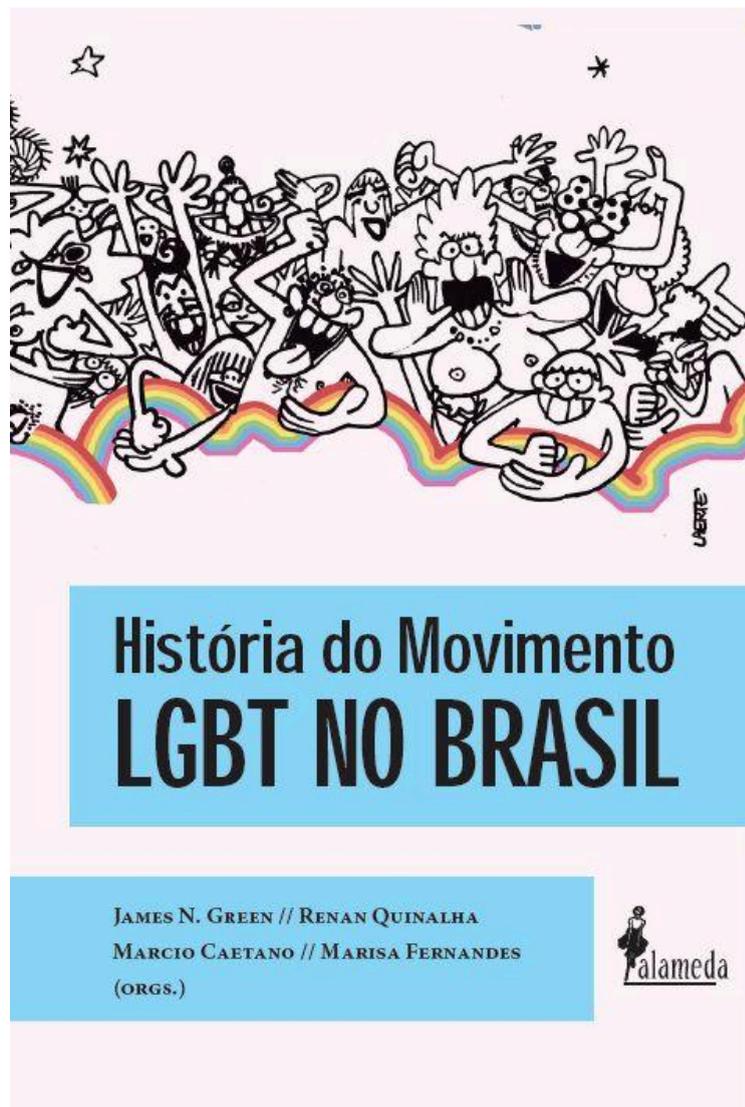




RESENHA

Quarenta anos de movimento LGBTI+ brasileiro: opressões, resistências e identidades

Maria Clara Gama, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ)*





O livro “História do Movimento LGBT no Brasil”, organizado por James Green, Renan Quinalha, Márcio Caetano e Marisa Fernandes, foi publicado pela Editora Alameda, em 2018, por ocasião da comemoração do quadragésimo aniversário do movimento LGBT brasileiro. A sigla se refere às Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e foi oficialmente adotada pelo movimento na I Conferência Nacional, em 2008 (Simões & Facchini, 2009). Tenho preferido utilizar a sigla LGBTI+, e empregarei a mesma neste texto, pois esta acrescenta a categoria *Intersexo*, referindo-se aos indivíduos que transcendem as classificações binárias, além do símbolo “+”, que engloba as demais minorias sexuais. Defino como *minorias sexuais* grupos heterogêneos, que sofrem discriminações em decorrência das suas orientações sexuais ou identidades de gênero, fora dos padrões heterossexuais e cisgêneros.

O livro não pretendeu fazer um levantamento da história do movimento LGBTI+, mas reunir pesquisas e relatos de militantes. Algumas das narrativas são emocionantes, pois mobilizam memórias, histórias de vida, de exclusão, mas também de resistência e luta.

A seguir, apresentarei alguns dos eixos temáticos do livro, entre os quais: as perseguições às minorias sexuais durante a ditadura militar e as resistências por parte destas; o movimento LGBTI+ e as relações com os partidos políticos; os movimentos LGBTI+ e as questões identitárias (entrecruzadas interseccionalmente pelas variáveis gênero, raça e classe).

Ditadura militar: perseguições às minorias sexuais e resistências por parte destas

Em seu capítulo, Renan Quinalha analisou a repressão exercida durante a ditadura militar brasileira sobre as minorias sexuais. Quinalha destacou que juntamente às violências físicas que foram perpetradas contra minorias sexuais, foram produzidos diversos discursos que valorizavam e fortaleciam o modelo de família tradicional, monogâmica e heterossexual. Foram mobilizados aparatos repressivos contra aqueles cujas condutas foram consideradas indesejáveis.

No que concerne à violência física perpetrada contra as minorias sexuais durante a ditadura, Rafael Ocanha, relatou algumas das ações da polícia de São Paulo, que agiu apoiada por políticos conservadores e donos de estabelecimentos no centro da cidade. Ocanha enfatizou as ações do delegado José Wilson Richetti, que realizou operações contra prostitutas, travestis e michês, em 1980. Richetti se baseava no artigo 59 da Lei das Contravenções penais, conhecida como “vadiagem”. Este



artigo determinava que maiores de idade aptos ao trabalho deveriam possuir emprego e renda para a auto subsistência. Tais exigências abriam caminho às perseguições contra desempregados e trabalhadores informais, de baixa renda. Ocanha enfatizou os processos de gentrificação implicados nestas operações policiais. Isto porque estas ações atingiram principalmente as classes mais baixas, que sofriam tentativas de expulsão dos espaços centrais das grandes cidades.

O capítulo de Michele Lima e Patrícia Sampaio apresentou uma discussão sobre o processo de gentrificação em Manaus, durante a ditadura militar. Entretanto, as autoras enfatizaram que, tanto na época, quanto na atualidade, os grupos considerados indesejáveis apresentam resistências, pois garantem suas subsistências nas ruas.

Os capítulos de Edward MacRae, James Green e João Silvério Trevisan destacaram as resistências das minorias sexuais durante a ditadura militar, no final da década de 1970, que engendraram no desenvolvimento do Movimento Homossexual Brasileiro, primeira denominação recebida pelo movimento LGBTI+. Os autores destacaram a criação do grupo militante SOMOS e do lançamento do Jornal *O Lampião*, ambos em 1978. Além disto, MacRae relembrou as reações do movimento homossexual às rondas policiais conduzidas pelo delegado Richetti, em 1980. Os militantes homossexuais recrutaram militantes de outros movimentos sociais, como o feminista, o negro e o estudantil, e realizaram uma marcha no centro de São Paulo, com quase mil pessoas.

Marisa Fernandes relembrou o ato de resistência lésbica no *Ferro`s Bar*, em 1983, em São Paulo, quando o proprietário do estabelecimento impediu militantes lésbicas de venderem exemplares do jornal *ChanacomChana*. As militantes lésbicas recrutaram gays, defensores dos direitos humanos, políticos e profissionais da imprensa, gerando enorme alarde e conseguindo revogar a proibição. O dia no qual ocorreu este ato de resistência, 19 de agosto, tornou-se a data na qual se celebra o Orgulho Lésbico no Brasil.

Além de atos políticos de resistência, existiam espaços clandestinos de sociabilidade homossexual durante a ditadura, que representavam resistências aos conjuntos de normas morais difundidos pelos militares. Thiago Soliva narrou a trajetória da “Turma OK”, iniciada nos anos 1960, em atividade até a atualidade. O autor destacou que se tratou de um grupo voltado à sociabilidade, no qual os integrantes criavam espaços onde se sentiam a vontade para viverem suas homossexualidades, travestilidades e transexualidades. Nestas reuniões, ocorriam shows e



performances, que eram “aplaudidas” com estalinhos de dedos, para não fazer barulho e não chamar atenção.

Os movimentos LGBTI+ e as relações com os partidos políticos

Edward MacRae destacou tensões no grupo Somos referentes aos partidos de esquerda. Alguns integrantes do Somos se mantiveram refratários à aproximação com partidos políticos de esquerda, por acreditarem que estes menosprezavam a causa homossexual sob o argumento que esta enfraqueceria a luta de classes. Outros integrantes se aproximavam da “Convergência Socialista”, organização trotskista brasileira.

Ao contrário de MacRae, que narrou esta controvérsia de modo isento, sem se posicionar pró ou contra o engajamento partidário, James Green defendeu a pertinência do engajamento com os partidos políticos. Durante os anos em que participou do Somos, Green defendeu a aproximação do grupo em relação aos movimentos operário, negro e feminista. O autor destacou a dificuldade que os militantes possuíam de pensar nas suas próprias identidades de modo interseccional. Este fato pode ser explicado pela ausência do conceito de interseccionalidade¹, que na época ainda não havia sido difundido. Assim, segundo Green, uma pessoa não se conceberia como, por exemplo, negra, feminista e lésbica, sendo mais comum a ênfase sobre uma destas identidades. Green avalia que as perspectivas mudaram muito ao longo do desenvolvimento do movimento LGBT+, cujos militantes não são refratários à política institucional, nem às concepções interseccionais das identidades.

Adotando uma perspectiva diferente, João Silvério Trevisan, afirmou que as minorias sexuais se identificavam com a esquerda, mas se queixavam da heteronormatividade e do machismo preponderantes nesta última. Isto explicaria as posturas refratárias de muitos militantes do então Movimento Homossexual Brasileiro em relação ao engajamento com partidos políticos, mesmo os de esquerda. Estes militantes tinham receio de contribuírem “engrossando o coro” das bases partidárias,

¹ Kimberlé Crenshaw sistematizou o conceito de interseccionalidade no texto “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color, publicado em 1991. A interseccionalidade concebe as desigualdades sociais a partir do entrecruzamento de variáveis como gênero, raça, classe social, entre outras, que produzem, por seus turnos, diferentes efeitos sobre os indivíduos e contextos nos quais estão inseridos. Conforme veremos adiante, segundo Leandro Colling, no capítulo “Impactos e/ou sintonias dos estudos *queer* no movimento LGBT do Brasil” (GREEN et al, 2018) o conceito de interseccionalidade só se difundiu no Brasil a partir dos anos 1990, sob influência das teorias *queer*.



porém, tendo suas questões dissolvidas diante de problemas considerados mais importantes, como a luta operária. Segundo Trevisan, isso teria acabado por acontecer com o grupo SOMOS ao ser integrado ao Partido dos Trabalhadores, através da Convergência Socialista.

Em seu capítulo, Luiz Mott defendeu a independência em relação aos partidos políticos, pelo menos no caso do grupo militante ao qual pertence, o Grupo Gay da Bahia (GGB). Mott credits o sucesso do GGB, entre outros fatores, à independência completa em relação aos partidos políticos. Apesar de se relacionar com o poder público e com o governo, o GGB se manteve apartidário.

Entretanto, a tendência dos militantes e grupos se manterem refratários às alianças com os partidos políticos mudou ao longo dos anos. A chegada do Hiv/aids levou grupos militantes a buscarem parcerias com o Estado, conforme destacaram Márcio Caetano, Cláudio Nascimento e Alexandro Rodrigues. Muitos grupos se institucionalizaram, adotando o formato de Organizações Não Governamentais, atuando a partir do desenvolvimento de projetos e da captação de recursos, conforme também atestou Regina Facchini no livro “Sopa de Letrinha” (2005).

Cristina Câmara destacou que à medida que o movimento LGBTI+ foi se tornando mais aceito pela população, partidos políticos de esquerda passaram a organizar grupos de trabalho em torno das temáticas LGBTI+. Partidos de centro acompanharam posteriormente estes movimentos, ainda que de modo mais discreto. Câmara cita como exemplo o PSDB, que criou um grupo de diversidade.

Os movimentos LGBTI+ e as questões identitárias

Edward MacRae destacou alguns conflitos identitários que marcaram o início dos movimentos homossexuais, no final dos anos 1970. Entre estes, o autor enfatizou as tensões entre lésbicas e gays no grupo Somos. A partir do machismo que sentiam por parte dos gays, as lésbicas formaram um núcleo exclusivamente feminino no Somos. Com o tempo, sentiram necessidade de constituírem um grupo autônomo, e formaram o GALF, Grupo de Ação Lésbica Feminista. Logo depois as lésbicas se aproximaram das feministas, devido à identificação de muitas pautas comuns. Entretanto, houve um estranhamento inicial. As feministas heterossexuais não queriam ser confundidas com as lésbicas, pois sempre haviam sido rotuladas enquanto tais. As lésbicas, por sua vez, queixavam-se do heterossexismo das feministas heterossexuais. Apesar



destes estranhamentos, houve trocas profícuas. Em “Ações Lésbicas” Marisa Fernandes abordou o desenvolvimento do movimento homossexual das lésbicas e confirmou a ocorrência das tensões identitárias destacadas por MacRae.

O capítulo de Ana Cristina Santos enfatizou a existência de racismo no movimento LGBTI+ e de *lgbti+fobia*² no movimento negro. A autora, negra e lésbica, falou sobre a invisibilidade das mulheres negras lésbicas, tanto no movimento LGBTI+, quanto no movimento negro. Santos destacou a pertinência de concebermos as identidades em termos interseccionais, integrando as dimensões raciais, de gênero, de orientação sexual e de classe. Santos narrou algumas ações voltadas às mulheres negras em seminários de lésbicas, assim como ações voltadas para lésbicas em seminários de mulheres negras. Apenas em 2006 é que mulheres negras lésbicas passaram a se organizar politicamente de modo autônomo.

Conforme destaquei anteriormente, James Green afirmou que no início dos movimentos das minorias sexuais os militantes tinham dificuldades em conceber suas próprias identidades de modo interseccional. Atualmente estas concepções mudaram, tornando-se interseccionais. Leandro Colling, em “Impactos e/ou sintonias dos estudos *queer* no movimento LGBT do Brasil” destacou que o conceito de interseccionalidade passou a ser empregado pelos militantes LGBTI+ devido à influência dos estudos *queer*.

Ainda sobre o que concerne à interseccionalidade, é necessário enfatizarmos aspectos referentes à variável classe social. O texto de Rita de Cassia Colaço Rodrigues apresentou uma narrativa não hegemônica sobre a história do movimento LGBTI+ brasileiro. Enquanto uma parte da literatura destaca como marcos do movimento o surgimento, entre classes médias intelectualizadas, do Grupo SOMOS e do Jornal Lampião da Esquina, Rodrigues narra a sua experiência, na mesma época, juntamente à um grupo militante homossexual em Duque de Caxias, entre pessoas de baixa renda. Tratou-se de um grupo que emergiu num contexto de descaso político, de condições precárias de saneamento,

² O conceito de *homofobia* pode ser definido enquanto discriminações contra pessoas que exibam características atribuídas ao outro gênero que não ao seu (WELZER-LANG, 2000). Embora o conceito de homofobia tenha sido empregado no Brasil pela mídia e pelos movimentos das minorias sexuais desde a década de 1990, com o decorrer do tempo surgiram demandas específicas para combater a *lesbifobia* (concernente às discriminações em relação às mulheres lésbicas), a *bifobia* (referente às discriminações das pessoas bissexuais e pansexuais) e a *transfobia* (relacionada às discriminações das pessoas trans e intersexo). Assim, o movimento LGBTI+ chegou ao emprego do termo *lgbti+fobia*, que evidencia as discriminações contra todas as identidades que constituem o movimento. Por esta razão, o termo foi aqui empregado, ao invés de *homofobia*.



segurança, lazer e serviços públicos. Um grupo que teve que lutar pelas causas LGBTI+, e que enfrentou condições precárias de existência. Rodrigues revelou ainda, que este grupo sofreu preconceitos em relação a outros grupos homossexuais, com atuação na zona sul.

O livro avançou bastante no que concerne às identidades de travestis e de pessoas trans. O artigo de Elias Veras destacou o caráter performativo do gênero. A maleabilidade em relação às performances de gênero aumentaram ao longo do processo de redemocratização política. Estas mudanças também se relacionaram com o desenvolvimento da indústria farmacológica e das técnicas corporais de transformações. Segundo o autor, a mídia, apesar de nem sempre ter dado um tratamento digno às minorias sexuais, contribuiu, entretanto, para a difusão da flexibilização dos papéis de gênero, trazendo visibilidade à questão.

Leandro Colling afirmou que os estudos *queer* contribuíram no processo de despatologização das identidades trans, além de terem desenvolvido reflexões sobre aproximações e diferenças entre orientação sexual e identidade de gênero. Segundo as definições de Yogyakarta, que pautam a legislação de direitos humanos internacionalmente, *orientação sexual* é a capacidade individual de se sentir atraído sentimental e ou sexualmente por pessoas do mesmo gênero, de outro gênero ou de mais de um gênero. A *identidade de gênero* corresponde ao sentimento subjetivo do indivíduo em relação ao seu próprio pertencimento de gênero, que pode ou não corresponder ao sexo que lhe foi atribuído no nascimento. (Indonésia, 2006).

Assim, os estudos *queer* elucidaram que a travestilidade e transexualidade dizem respeito à identidade de gênero e não à orientação sexual. Colling enfatizou o fato dos movimentos de travestis terem passado a se pensarem enquanto movimentos feministas. Durante muito tempo, estes se pensavam enquanto uma variação da homossexualidade e não da identidade de gênero. Outra questão que parece óbvia, mas merece ser destacada, é que todas as pessoas possuem identidade de gênero, não apenas as pessoas trans.

Em “Travessia: caminhos da população trans na história”, Jaqueline Gomes de Jesus escreve a partir do seu posicionamento enquanto mulher trans. Jesus destacou a mobilização internacional contra a psiquiatrização das identidades trans e a luta pelo direito à autodeterminação. A autora afirmou que este é um dos aspectos centrais da ação coletiva relacionada às pessoas trans.

Jesus destacou que a primeira cirurgia de redesignação genital que ocorreu no Brasil, em 1971, virou caso de tribunal, pois o médico que



realizou a cirurgia foi processado pelo Conselho Federal de Medicina, acusado de lesão corporal grave. Contudo, ele foi absolvido em segunda instância, devido ao apoio de uma junta médica do Hospital das Clínicas de São Paulo, onde foi realizado o procedimento. Contudo, estas cirurgias permaneceram proibidas no Brasil até 1997.

Jesus criticou a 9^a versão da Classificação Internacional de Doenças (CID), expedida em 1979, que classificava a transexualidade como *transexualismo*, transtorno de identidade de gênero. Contudo, apesar da patologização da transexualidade, a CID indicava procedimento cirúrgico como forma de tratamento. O Brasil permaneceu atrasado durante anos em relação à permissibilidade destas cirurgias já que, como vimos, passou a autorizá-las apenas em 1997. Jesus também criticou a 10^a versão da CID, que permaneceu com a classificação de transtorno em relação à transexualidade. A autora expressou suas expectativas em relação à despatologização da transexualidade na próxima versão da CID.

Em 2018 foi publicada a 11^a versão da CID e a transexualidade foi inserida na seção “Condições relacionadas à saúde sexual”, sob a designação “Incongruência de Gênero”, termo escolhido visando descrever o sofrimento de pessoas não cisgêneras, supostamente isento de conotações patologizantes. Contudo, muitas pessoas trans manifestaram insatisfação em relação ao termo, considerando-o pejorativo (Maia; Pires, 2018).

Dois capítulos do livro abordaram questões identitárias concernentes aos homens trans. Em “Transmasculinos: invisibilidade e luta”, João Nery, primeiro homem trans a fazer cirurgia de redesignação sexual no Brasil, falou sobre o movimento de homens trans, sobre problemas enfrentados por estes, além de ter apresentado algumas de suas reivindicações.

Nery afirmou que as travestis e transformistas abriram caminhos às mulheres trans³. De fato, os movimentos de travestis se iniciaram anteriormente ao movimento de mulheres trans, que, por sua vez, antecedeu o de homens trans.

Em 2008 o SUS instituiu o Processo Transexualizador para mulheres trans. No que concerne aos homens trans, em 2010 o Conselho Federal de Medicina passou a considerar que os procedimentos de mamoplastia masculinizadora (retirada de mama) e a pan-histerectomia (retirada de órgãos reprodutores internos femininos) deixavam de ser experimentais.

³ Sobre esta questão, ver o excelente artigo de Mário Lima Carvalho e Sérgio Carrara, “Rumo a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil” (2013).



No que se refere à militância dos homens trans, Nery narrou que em 2011 foi aberto um espaço para a participação destes no ENTLAIDS, Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na luta contra a AIDS. Este encontro ensejou a formação da primeira organização de homens trans no ano seguinte, em 2012.

Nery falou sobre o fato dos homens trans serem acusados de buscarem privilégios machistas. Contudo, afirmou que estes não têm suas masculinidades reconhecidas. Os corpos dos homens trans são vistos como estupráveis, assim como os corpos das mulheres. Os homens trans foram socializados como mulheres, tendo sido educados para se calarem e não reivindicarem. Portanto, reivindicar a masculinidade em um corpo destinado a ser feminino representa uma afronta à masculinidade falocêntrica, hegemônica. Nery afirmou que uma das contribuições dos transmasculinos é poder performar uma masculinidade suave, amorosa, possibilitando aos homens cisgêneros serem mais doces.

Entre os problemas que afligem os homens trans constam a falta de reconhecimento de direitos, como, por exemplo, o de ter o nome social nos documentos. Neste sentido, Nery celebrou a resolução do Supremo Tribunal Federal, em 2018, que permitiu que pessoas trans alterassem seus nomes e gênero nos documentos sem a necessidade de passarem por cirurgias.

Nery mencionou também o problema de reservarem alas específicas nos presídios para homens trans. Além disto, falou da necessidade de assistência do SUS para homens trans grávidos, pois a ginecologia e obstetrícia são consideradas especialidades femininas.

O artigo de Fábio Morelli e Alexandre Peixe resgatou a formação do movimento de homens trans a partir da ótica deste último, um dos militantes mais atuantes. Peixe enfrentou muitas dificuldades, como a falta inicial de companheiros militantes. Por exemplo, em um congresso LGBTI+, em 2005, ele era o único homem trans. Em outro congresso em 2008, encontrou apenas dois companheiros.

Assim como Nery, Peixe destacou algumas das reivindicações dos homens trans, como a despatologização das identidades trans, o acesso à hormonioterapia e às cirurgias de mastectomia e histerectomia, o direito ao aborto, o direito à engravidar sem perder o reconhecimento da masculinidade e da paternidade, o direito à celas para homens trans em presídios, entre outros.

Considerações Finais



O livro “História do movimento LGBT no Brasil” apresentou artigos sobre temas diversos relacionados ao movimento, como o início da organização política dos grupos militantes, a luta contra o HIV/aids, a cobertura midiática sobre as minorias sexuais, as lutas por direitos, entre outras questões. Neste texto, enfatizei as perseguições durante a ditadura militar em relação aos LGBTI+, assim como as resistências realizadas por estes, tanto no que concerne à organização política do movimento, quanto em relação à manutenção de espaços de sociabilidade.

Destaquei também um tema recorrente no livro, referente à relação entre os militantes homossexuais e os partidos políticos. No início do movimento houve divergências em relação a essa questão. Alguns defendiam a autonomia do movimento, enquanto outros, o engajamento partidário. A necessidade da ampliação da participação política acabou contando a favor do engajamento partidário e questão parece ter sido superada, ainda que haja grupos atuantes apartidários.

Outro tema abordado foi referente às identidades que constituem o movimento LGBTI+. As formações de determinadas identidades foram tratadas em alguns artigos, assim como conflitos e negociações entre diferentes identidades. Foram destacados, por exemplo, conflitos entre lésbicas e gays, devido ao machismo por parte destes últimos. As lésbicas, ao buscarem parcerias com as feministas heterossexuais, se depararam, inicialmente, com posicionamentos heterossexistas por parte destas últimas. Tais posicionamentos, contudo, não impediram a formação de alianças.

Ainda no que concerne às tensões identitárias, foi abordada a invisibilidade das mulheres negras lésbicas, assim como a existência de racismo nos movimentos das minorias sexuais, e de homofobia no movimento negro. Contudo, as percepções dos militantes a respeito das próprias identidades têm se tornado interseccionais, colaborando para produzir mudanças nos movimentos negro e LGBTI+, no sentido de adotarem, respectivamente, posturas anti-lgbti+fóbicas e anti-racistas.

A questão da interseccionalidade foi um aspecto central no que concerne às identidades. Conforme destacado por James Green, no início do movimento das minorias sexuais, os militantes tinham dificuldades de conceberem suas identidades de modo interseccional. Contudo, isto mudou com o passar dos anos. Segundo Leandro Colling, tal mudança se deveu à influência dos estudos *queer*. Atualmente, no movimento LGBTI+, os militantes concebem suas identidades de modo interseccional, sendo entrecruzada por variáveis de gênero, raça e classe



social. A variável *classe social* perpassa todas as identidades das minorias sexuais, influenciando significativamente as experiências dos indivíduos e as estruturas de oportunidades.

O livro teve alguns capítulos dedicados às identidades de travestis e de pessoas trans. Conforme destacado, as possibilidades em relação às performances de gênero aumentaram ao longo do processo de redemocratização. O desenvolvimento da indústria farmacológica foi fundamental neste processo.

Uma contribuição dos estudos *queer*, destacada por Leandro Collin, foi a distinção entre orientação sexual e identidade de gênero. A travestilidade passou a ser relacionada à identidade de gênero, o que aproximou as travestis das feministas.

Em relação às pessoas trans, vimos que as organizações das mulheres trans antecederam as dos homens trans. Ambas as organizações lutam contra a transfobia e patologização das identidades trans, pelo direito à auto-designação e às cirurgias de redesignação sexual, pelo uso do nome social nos documentos, por celas para mulheres e homens trans.

Nestes quarenta anos de organização, o movimento LGBTI+ conseguiu que a mídia lhes concedesse tratamento mais digno, obteve avanços na luta contra o Hiv/aids, o reconhecimento por parte de órgãos de saúde em relação à despatologização das orientações sexuais e identidades de gênero, o reconhecimento da união civil homoafetiva, a criminalização da lgbti+fobia, entre as conquistas de outros direitos. Entretanto, há, ainda, muito a ser feito. Ainda há violência lgbti+fóbica. Na última década acompanhamos o recrudescimento do conservadorismo relacionado às questões de gênero e sexualidade, ameaçando direitos conquistados. Assim, sem deixar de comemorar as vitórias alcançadas, o movimento não pode arrefecer suas lutas.

Referências:

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color, *Stanford Law Review*, Palo Alto, 1991



FACCHINI, Regina. (2005). *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond.

GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio & FERNANDES, Marisa. (Orgs). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda.

INDONÉSIA. Princípios de Yogyakarta. 9 de Novembro de 2006. Yogyakarta, Indonésia, nov.2006. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em 08/07/2020.

LIMA CARVALHO, Mario Felipe; CARRARA, Sergio. Em direção um futuro trans? Contribua para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidade, Saúde e Sociedade - Revista Latino-Americana*, [S.l.], n. 14, p. 319-351, Ago. 2013. ISSN 1984-6487. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/6862>>. Data de acesso: 05 jul. 2020

MAIA, Gabriela; PIRES, Gabriela. As transformações no dispositivo da transexualidade a partir da luta pela despatologização [online]. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/18825>>. Acesso em: 09/09/2024.

SIMÕES, Júlio & FACCHINI, Regina (2009). *Na trilha do arco-íris. Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Perseu Abramo.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, 2001, pp. 460 - 482.

Forty years of Brazilian LGBTI+ movement: oppressions, resistances and identities

ABSTRACT: This text presents the review of the book “History of the LGBT Movement in Brazil”, organized by James Green, Renan Quinalha, Márcio Caetano and Marisa Fernandes, published in 2018, on the occasion of the celebration of the fortieth anniversary of the LGBT movement (Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals) in Brazil. The book did not intend to make an exhaustive survey of the history of the LGBT movement, but to



gather research and reports from militants. I presented some of the thematic axes of the book, among which: the persecutions against sexual minorities during the military dictatorship and the resistance by them; the LGBT movement and relations with political parties; LGBT movement and identity issues (intersectionally intersected by gender, race and class variables).

KEYWORDS: LGBT Movement. Identities. Resistances.

Maria Clara GAMA

Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Atualmente coordena a equipe de Comunicação do Centro Latinoamericano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ).

Recebido em: 17/10/2020

Aprovado em: 04/10/2022